Ao:

Ministério Público Federal

Ministério Público do Trabalho

Em virtude dos graves problemas que afetam as Agências da Previdência Social (APS's), que fazem parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão responsável pelo reconhecimento e concessão dos direitos previdenciários (aposentadorias, auxílios, pensão por morte, seguro defeso) e assistenciais (benefícios de prestação continuada), com sérios riscos para os segurados, seguradas, funcionários e funcionárias do INSS; riscos, inclusive, de vida, vimos através deste, expor e solicitar o que segue:

1. O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo, SINDPREV/ES, além da luta cotidiana em defesa das condições de trabalho, tem tratado diretamente e/ou apresentado, nos últimos anos, documento consubstanciado e solicitado providências sobre a precária situação das agências do INSS no Estado do Espírito Santo e sobre os problemas enfrentados pelos servidores e servidoras do órgão, não só para a Gerência do INSS no Estado, mas para a Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais (docs. 01 e 02);

2. E o tem feito, a bem do serviço público, dos trabalhadores e trabalhadoras do Seguro Social e da própria sociedade, sem, contudo, obter respostas e soluções satisfatórias, razão pela qual, dirige-se ao Ministério Público do Trabalho.

A seguir apresentamos alguns dos problemas que temos denunciado. E para comprová-los, anexamos, como exemplo, o dossiê sobre a situação da APS SERRA, na Grande Vitória (docs.03 a 19). Nessa APS, situada em um município com 409.267 habitantes, existem apenas 48 servidores (médicos, assistentes sociais, analistas e técnicos do seguro social, datilógrafos, agentes de serviços diversos,

auxiliar de enfermagem, agentes de vigilância e estagiários) para uma média de 500 atendimentos por dia (agendados, perícia e espontâneo). Um quadro que se agrava a cada dia! Essa é uma situação insustentável. Exigimos dos poderes públicos, em especial do Ministério Público, providências imediatas!

GRAVES PROBLEMAS:

1. Falta de funcionários e funcionárias para atendimento à demanda;
2. Falta de acessibilidade nos prédios das APS;
3. Falta de limpeza das caixas d´água;
4. Falta de móveis novos, ergonômicos e em quantidade suficiente.
   A situação é tão vexatória, desrespeitosa e desumana que muitos segurados e seguradas aguardam atendimento administrativo e de perícia sentados no chão.
5. Inexistência de alvará de funcionamento e placas de identificação das APS;
6. Inexistência de rota de fuga nos consultórios de Perícia Médica e do Serviço Social;
7. Prédios sem layout que possibilitem aos funcionários e funcionárias, assim como aos segurados e seguradas, um atendimento digno, ágil e seguro; inclusive, com sala para realização de Justificação Administrativa;
8. Falta de segurança nas agências e nos seus arredores;
9. Ameaças constantes por parte de segurados e seguradas;
10. Inexistência de elevadores e quando existentes, em quantidade insuficiente e sem a devida manutenção.
11. Estacionamento em tamanho inadequado para atendimento aos funcionários, funcionárias, segurados e seguradas;
12. Arquivos inacessíveis, sem climatização, com tamanho inadequado e sem estantes em número suficiente para armazenamento dos documentos;
13. Falta de formação permanente, inclusive, com treinamento para os novos sistemas e acompanhamento das alterações na legislação.
14. Saída de emergência.

Ressaltamos que todos esses são apenas uma parte dos problemas que os funcionários e funcionárias públicas e os terceirizados e terceirizadas enfrentam no exercício do seu trabalho; os quais têm se agravado com a política do Governo Federal de desmonte do INSS.

A cada dia se vê o quadro de servidores e servidoras definhar-se, aumentar o desvio de função no interior do órgão e os serviços prestados pelo INSS serem distribuídos/terceirizados das mais diversas formas, inclusive, com a utilização de estagiários, num desrespeito total para com esse importante órgão, para com os servidores e servidoras e para com a sociedade em geral.

Sabemos, porque lutamos permanentemente em defesa da Seguridade Social, que o objetivo do governo é privatizar os serviços de saúde, assistência e previdência social; razão pela qual, extinguiu o Ministério da Previdência Social, atacou o Serviço Social do INSS, congelou os Investimentos e Gastos Sociais por 20 anos, impôs a Reforma Trabalhista e tenta impor a Reforma da Previdência.
Ademais, ignora os dados da CPI da Previdência no Senado, que comprovam que não há déficit na Previdência Social e gasta recursos públicos milionários para convencer a população do contrário.

Reafirmamos que os servidores e servidoras, assim como a população de um modo geral, não podem continuar pagando pela crise provocada pelo setor privado, em especial pelo capital financeiro, para manutenção das suas altas taxas de lucros e dos esquemas ilegais e ilegítimos de endividamento público (Sistema da Dívida).

Não podem, também, fechar os olhos para a tentativa de legalização do esquema fraudulento de desvio do fluxo de arrecadação pública (securitização de dívida), através de empresas estatais não dependentes (PLP 459/2018). Vale lembrar que, ao mesmo tempo em que congela por 20 anos os gastos e investimentos sociais, a Emenda Constitucional 95/2016, garante recursos para essas empresas.

Não podem continuar pagando cerca de 50% do orçamento anual executado da União, com juros e amortizações da dívida pública, uma dívida nunca auditada, a despeito da determinação constitucional de 1988 de que no prazo de 01(um) ano deveria ser realizada a auditoria da dívida externa; a qual está interligada com a dívida interna, não sendo mais possível separar-se uma da outra, como tem denunciado a Auditoria Cidadã da Dívida.

É igualmente inaceitável a política de desvalorização e arrocho salarial, a não realização de concurso público, as péssimas condições de trabalho, metas de desempenho absurdas e assédio moral constante.

E mais, com o processo de desmonte do INSS, insuficiência de servidores e instalação do INSS Digital e o INSS Virtual

O SINDPREV/ES e a FENASPS vêm lutando, juntamente com outros setores da sociedade, contra esta política ilegal, ilegítima, injusta e desumana.

Diante do exposto, solicitamos que o Ministério Público Federal (que tem o papel de defender os direitos dos cidadãos e cidadãs, fiscalizar o cumprimento das leis e sugerir melhorias dos serviços públicos) e o Ministério Público do Trabalho (defensor legal dos direitos coletivos e individuais na área trabalhista), tomem as medidas cabíveis, no sentido de resguardar não só os direitos trabalhistas, mas a própria vida dos servidores e servidoras e da população em geral nas agências do INSS.

Vitória/ES, 19 de março de 2018.

Francisco dos Santos Filho
Diretoria Colegiada do SINDPREV-ES

Marli Brígida dos Reis
Diretoria Colegiada do SINDPREV-ES